COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 4.551, DE 2008

Proíbe demissões sem justa causa de empregados, pelo prazo de seis meses.

Autora: Deputada **LUCIANA GENRO**

Relator: Deputado **FERNANDO COELHO
FILHO**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.551, de 2008, de autoria da nobre deputada Luciana Genro, tem, como expresso em sua justificção, o elevado propósito de evitar o crescimento do desemprego em nosso país.

Em seu art. 1º, determina que, pelo prazo de 6 (seis) meses, ficarão proibidas as demissões sem justa causa, em todos os setores da economia, em todo o território nacional. O parágrafo único do art. mencionado excetua, da regra expressa no *caput*, os contratos de trabalho a prazo, de qualquer natureza.

O art. 2º determina que “os empregadores que descumprirem o disposto no art. 1º, além da reintegração do trabalhador, ficarão sujeitos ao pagamento de uma indenização adicional equivalente a 6 (seis) meses de salário por ano ou fração proporcional ao tempo de serviço”.

O art. 3º da proposição em análise visa a estabelecer que a indenização prevista no art. 2º será devida em dobro, quando o empregado tiver 10 (dez) anos ou mais de serviço na mesma empresa.

O art. 4º prevê a revogação das disposições em contrário e o art. 5º determina que, se aprovado o projeto aqui comentado, a lei resultante entrará em vigor na data da sua publicação.

Distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 54 do RICD, a proposição tramita sujeita ao regime conclusivo pelas comissões previsto no art 24, II.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compartilhamos, com determinação, dos objetivos defendidos pela nobre deputada Luciana Genro ao propor o presente projeto de lei: evitar que a crise econômica que se abateu sobre o mundo, Brasil inclusive, faça crescer o desemprego. Nesse aspecto, louvamos a iniciativa da dedicada Deputada. Sabemos todos que o desemprego desorganiza famílias e sociedades, provoca sofrimentos da alma e do corpo, em jovens e idosos, em homens e mulheres, e nenhum de nós deseja a ocorrência desse triste fenômeno.

Relata a autora, em sua justificação, que a proposição encontra-se em sintonia com decisões da Organização Internacional do Trabalho - OIT e também com as ações empreendidas por inúmeros governos, recentemente, com o objetivo de evitar o aumento do desemprego em decorrência da crise econômica.

Tem razão a nobre Autora. Não obstante concordar plenamente com a ilustre representante quanto aos objetivos, e exatamente por compartilhá-los, é que nos colocamos contrários à aprovação da proposição em debate.

No mundo capitalista em que vivemos, o empresário é senhor da decisão de abrir novas vagas em seu estabelecimento. Fechar vagas, porém, já depende de limites impostos pela legislação, limites esses

que são específicos a cada país. No caso do Brasil, há muitas que tornam a decisão de demitir não apenas sofrida, do ponto de vista humano, como também onerosa, do ponto de vista empresarial.

Assim, a decisão do empresário é, sempre, definida pelas condições de mercado. Com frequência, ela é informada pelas perspectivas futuras da economia e, em particular, do setor em que atua a sua empresa. Diferentemente do que pensam alguns, ninguém, nenhum empresário, gosta de demitir trabalhadores: quando o faz é porque as condições objetivas se transformaram a tal ponto que a sobrevivência da empresa depende da redução de custos, inclusive com os recursos humanos.

Nesse quadro, torna-se claro que empresário algum criará novas oportunidades de emprego até que se tenha decorrido o prazo de seis meses previsto no projeto de lei em comento. Como o parágrafo único do art. 1º excetua, da proibição de demissão, os empregados contratados em regime temporário, no máximo haveria a criação de umas poucas vagas, sempre e apenas sob o manto da temporariedade, prejudicando ainda mais o trabalhador.

Assim, entendemos que a proposição não traduz, adequadamente, a intenção. Acreditamos mesmo que a aprovação do Projeto de Lei nº 4.551, de 2008, viria criar tal desorganização nos mercados de trabalho, em todo o País, que suas consequências indesejadas poderão superar, em muito, os benefícios que se pretende, mas que, tudo indica, não serão alcançados.

Tome-se, por exemplo, os trabalhos agrícolas, por natureza temporários: o plantio, os tratamentos culturais e a colheita. Na vigência da norma aqui analisada, como poderia o agricultor se organizar senão contratando, a todos, em regime temporário?

Mais ainda, como no mundo de hoje as informações fluem sem limites – o que em si é muito bom – todos saberão, às vésperas de uma possível aprovação da proposição da Deputada Luciana Genro, que a partir daquele momento não mais se poderá demitir, senão em justa causa. A consequência provável é clara e dificilmente evitável: demissões em massa, da quase totalidade dos trabalhadores em todos os setores da economia, em todo o território nacional, ainda que para alguns deles serem recontratados, nos dias seguintes, em regime temporário.

Não acreditamos que seja esse o propósito da nobre Deputada; estamos certos, porém, que esse seria o desfecho, caso aprovássemos a proposição.

Pelas razões apresentadas, **VOTAMOS PELA REJEIÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 4.551, DE 2008.**

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**
Relator